

Opinião e ideologia: uma análise da abordagem política e editorial de *O Globo* durante o impeachment de Fernando Collor¹

Opinion and ideology: an analysis of the political and editorial approach of *O Globo* during the impeachment of Fernando Collor

Pablo Silva Pimentel

Mestre em Ciência Política
Universidade Federal do Paraná
pablo.pimentel@ymail.com

Recebido em: 15/11/2020

Aprovado em: 09/12/2020

Resumo: Este artigo propõe uma análise sobre a atuação política do jornal *O Globo* a partir dos posicionamentos editoriais publicados durante o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello. Compreendendo o contexto que levou o fenômeno midiático “Collor” à Presidência e sua posterior queda, analisaremos como os editoriais produziram representações sobre o impeachment de 1992, relevando, em suas opiniões institucionais, como suas ideologias guiavam seu olhar sobre o processo em curso. Concluimos que *O Globo* não fez uma campanha ativa nem para depor Collor nem para defendê-lo, numa tentativa de dissociar a crise política protagonizada pelo presidente da sua condução econômica neoliberal.

Palavras-chave: Jornalismo político; *O Globo*; Fernando Collor.

Resumen/Abstract: This article proposes an analysis of the political performance of the newspaper *O Globo* based on the editorial positions published during the impeachment process of Fernando Collor de Mello. Understanding the context that brought the media phenomenon “Collor” to the Presidency and its subsequent fall, we will analyze how the editorials produced representations about the 1992 impeachment, highlighting, in their institutional opinions, how their ideologies guided their view on the ongoing process. We conclude that *O Globo* did not carry out an active campaign either to depose Collor or to defend him, in an attempt to dissociate the political crisis led by the president from his neoliberal economic conduct.

Palabras clave/Keywords: Political journalism; *O Globo*; Fernando Collor.

¹ O artigo é parte das reflexões e pesquisas realizadas durante o trabalho de dissertação de mestrado intitulado “*Não vai mesmo ter golpe*”: um estudo sobre os editoriais de *O Globo* nos impeachments de Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016) que pode ser acessado em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/65967>.

Introdução

No auge dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que averiguava o esquema de corrupção PC Farias e cuja investigação serviria como base para a denúncia de crime de responsabilidade contra Fernando Collor de Mello, o jornal *O Globo* – periódico do maior conglomerado de mídia do país –, no editorial publicado em 22 de agosto de 1992, sustentava que “[...] programa[va]-se um golpe contra as instituições democráticas, a pretexto de se punir o presidente da República nas práticas irregulares apuradas [...]” (A NAÇÃO EXIGE RECUPERAÇÃO MORAL E RESPEITO À LEI, *O Globo*, 22/08/1992, p. 3). Essa declaração realizada através do editorial do jornal carioca – poucos dias antes da leitura do relatório da CPMI que responsabilizaria Fernando Collor por ter recebido vantagens econômicas indevidas (SALLUM JR, 2015) – acenava às declarações do então presidente de que um “sindicato do golpe” e uma “Central Única dos Conspiradores” planejavam derrubá-lo do poder.

No mês subsequente, a Câmara dos Deputados aprovava a abertura do impeachment contra o presidente Collor (29/09/1992) que foi afastado para que fosse possível o início dos trabalhos para o julgamento que seria realizado pelo Senado. No dia seguinte à votação da admissibilidade do processo de destituição pelo Parlamento, *O Globo* lançou editorial de primeira página intitulado “Renúncia agora” para apelar pela renúncia do presidente recém-afastado. O editorial argumentava que somente com a renúncia de Collor o país poderia – com um novo governo definitivo – voltar a avançar as reformas econômicas prometidas pela chapa vitoriosa na eleição presidencial de 1989. Reformas essas que, segundo o jornal, “[...] conduzir[ia] o país no caminho da modernização” (RENÚNCIA AGORA, *O Globo*, 30/09/1992, p. 1). O jornal que denunciava uma conspiração contra o presidente, agora pedia sua renúncia.

Os posicionamentos editoriais do jornal *O Globo* sobre o processo de impeachment em questão demonstravam o interesse da empresa jornalística comandada pela família Marinho em atuar no debate público dialogando com os agentes políticos que estavam em torno das tomadas de decisão. Essas ações evidenciam a mobilização de *O Globo* como um ator político nesse episódio fulcral da vida política nacional dos anos noventa (PIMENTEL, 2019).

A pesquisadora Julie Firmstone, ao investigar a formulação da opinião editorial de jornais britânicos sobre a União Europeia na década passada, sustentou que “[...] os editoriais permitem que

os jornais acessem o sistema político, e vários jornalistas acreditam que as agendas políticas dos jornais podem e tiveram efeito sobre o processo político²” (FIRMSTONE, 2008, p. 224, tradução própria). Como exemplo, Robert Darnton (1975) afirma que o presidente estadunidense John F. Kennedy analisava diariamente como os jornais abordavam seu governo para melhor orientar sua agenda pública. No caso brasileiro, ao entrevistar editorialistas da *Folha de São Paulo*, os pesquisadores Mont’Alverne, Athanásio e Marques (2018, p. 409) receberam a seguinte opinião de um dos entrevistados:

É sempre bastante prestigioso quando o jornal nota que uma opinião que ele emitiu foi acolhida. Acho que essa é a ambição de um editorial muitas vezes: orientar a tomada de decisão. Você está sempre dialogando, você está sempre sinalizando para onde você vai e os agentes estão sempre sinalizando como eles reagiram ao que você falou (...). Acho que todos os controladores da mídia brasileira têm pretensões políticas, de que a ideia que eles exprimem seja encampada, seja endossada por algum agente de fato, do jogo político (Entrevistado Anônimo, entrevista, 4 jun. 2017).

Mesmo que não mais se acredite de forma dogmática que o editorial influencie irremediavelmente e diretamente o público, seu impacto pode ser poderoso ainda que de forma indireta (ESPINOSA, 2002). Gomis (1988, pp. 18-19, tradução própria) afirma que:

O editorial levanta problemas e sugere soluções; aprova ou desaprova o que as autoridades ou os vários grupos ou pessoas que influenciam a vida social e política fizeram; explica porque é bom ou ruim o que foi feito, que consequências isso pode ter; pergunta, inquire, pede a adoção de uma solução para um problema. Coleta e expressa opiniões vigentes no público que o lê, e com tudo isso contribui, como vimos antes, para a elaboração e adoção de soluções³.

Mesmo que os editoriais advoguem representar o interesse público e comum, eles são instrumentos dos jornais para a realização de apelos aos tomadores de decisão em defesa dos interesses dos setores empresariais que representam (MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015). Para tanto, o jornal produz uma reconstrução discursiva do mundo (BERGER; LUCKMANN, 2013),

² Texto original: “[...] editorials enable newspapers to access the political system, and several journalists believed that newspapers’ political agendas can, and have, had an effect on the political process”.

³ Texto original: “El editorial plantea problemas y sugiere soluciones; aprueba o reprueba lo que han hecho las autoridades o los diversos grupos o personas que influyen en la vida social y política; explica por qué es bueno o es malo lo que se ha hecho, qué consecuencias puede tener; pregunta, inquire, urge la adopción de una solución para un problema. Recoge y expresa opiniones vigentes en el público que lo lee, y con todo ello contribuye, según hemos visto antes, a la elaboración y adopción de soluciones”.

atuando com o objetivo de situar o leitor sobre determinados acontecimentos, a partir de uma seleção de pautas e agendas.

A noção de reconstrução discursiva se relaciona com o conceito de *representações* de Roger Chartier (1990). Para este autor, o uso desse conceito como um instrumento metodológico faz com que seja possível apreender a internalização das disputas pelo poder de um determinado campo – remetendo aqui ao arcabouço teórico de Pierre Bourdieu (1989; 2007), especificamente as noções de *habitus* e *campo social*. Para Pacheco (2005, p. 4), a “[...] exteriorização da interiorização simbólica de tais lutas seria capaz de comandar atos”. Desta forma, através do editorial jornalístico, é possível analisar as representações construídas nas complexas teias de relação entre opinião e ideologias⁴ e, nesse sentido, mesmo as declarações aparentemente factuais dos jornais, quando relacionadas ao resto do texto e ao contexto sócio-político, têm implicações de natureza ideológica (VAN DIJK, 1995).

A partir dessa problemática, neste artigo, propomos uma análise dos posicionamentos editoriais de *O Globo* durante o processo de impeachment de Collor relacionando à atuação da imprensa no período e, da mesma forma, procurando compreender as razões dos posicionamentos da empresa jornalística no contexto amplo de profundas movimentações políticas e sociais que se sucederam.

Das utopias à queda: o fenômeno Collor

A imprensa brasileira é apontada pela literatura como um dos atores relevantes para a queda do ex-presidente Fernando Collor de Mello ao denunciar os escândalos de corrupção, principalmente após a entrevista de Pedro Collor à revista *Veja* em maio de 1992 (CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994; CONTI, 1999; FAUSTO NETO, 1994; PÉREZ-LIÑAN, 2007; SALLUM JR, 2015; WAISBORD, 1997, 2000). Os pesquisadores Carneiro, Lattman-Weltman e Ramos (1994) afirmam até que Collor perdeu o mandato presidencial sob a pressão das mesmas empresas jornalísticas que apoiaram sua ascensão à Presidência, por isso o título da obra em que analisam o papel do jornalismo nesse contexto é *A imprensa faz e desfaz um presidente*.

⁴ Tomamos aqui o termo “ideologia” não no sentido de “falsa consciência” da tradição marxiana, mas de forma mais genérica para compreender os alinhamentos políticos e a agenda socioeconômica dos editoriais jornalísticos.

É importante lembrar que o governo Collor (1989-1992) foi o primeiro democraticamente eleito pelo voto direto após um longo tempo de Estado de exceção. Nesse período, havia a existência de algumas utopias sobre o caráter plebiscitário que, segundo sustentava Lamounier (1990) um novo governo eleito representaria. Para o autor, havia uma utopia mais estatizante – que reivindicava um papel ainda mais robusto do Estado na economia – e uma utopia neoliberal – que desejava retirar qualquer função empresarial ou regulatória do Estado.

O neoliberalismo, cujo conceito é foco de uma disputa de significados e debates acalorados (ANDRADE, 2019), é visto por Perry Anderson (1995) como uma forte reação teoria e política ao Estado de bem-estar. Pensado por um grupo de autores no pós-guerra – Sociedade de Mont Pèlerin – como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi e Salvador de Madariaga, o ideário neoliberal pregava a manutenção de um “[...] Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p. 2). Para Andrade (2019), o neoliberalismo pode ser visto mais como um campo de debates do que um consenso de atuação política, porém seu conceito passou a designar a onda de desregulamentação dos mercados, de privatização e de desmonte do Estado de bem-estar ao redor do mundo.

O grande impulso para implementação desse conjunto de políticas econômicas foi dado com o início dos governos de Margaret Thatcher no Reino Unido, em 1979, e Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980. Em especial, as medidas tomadas pela primeira ministra inglesa – como a contração da emissão monetária, a elevação das taxas de juros, diminuição drástica de impostos sobre os altos rendimentos, a abolição de controles sobre os fluxos financeiros, imposição de uma legislação anti-sindical e corte de gastos sociais – foram as mais ambiciosas experiências neoliberais, para Anderson (1995), em países do centro do sistema capitalista até meados dos anos noventa.

No Brasil, é possível identificar uma adesão maior de setores empresariais aos postulados liberalizantes e à crítica ao intervencionismo estatal após o lançamento do II PND no Governo Geisel (1974-1979), ainda durante a Ditadura civil-militar, numa campanha de crítica à política econômica encampada pelo plano, campanha essa contra o que foi chamado de “estatização”, sinalizando o rompimento de setores da elite brasileira com os rumos da economia sob a batuta dos

militares, porém sem abrir mão do poder repressivo contra os movimentos sindicais (MACARINI, 2011).

Voltando ao contexto das utopias que permeavam as eleições que levaram Fernando Collor ao poder, Weyland (1993) afirma que os anos oitenta estavam se encerrando com uma enorme frustração da população brasileira com política nacional. A década em que houve uma grande depressão econômica associada a uma crise de hiperinflação terminou com a manutenção das mesmas elites no poder. Apesar dos movimentos pela redemocratização do país, essa decepção – conjugada a uma eleição presidencial direta que não ocorria há muito tempo – contribuiu na construção de um ambiente que favorecia possíveis discursos messiânicos para a consecução das utopias descritas por Lamounier (1990).

As maiores empresas jornalísticas brasileiras aderiram à utopia liberalizante que pregava a diminuição do Estado, uma maior abertura ao capital externo, a privatização das estatais e a quebra de monopólios e reservas de mercado (AZEVEDO 2006; CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994; SALLUM JR., 2015). Os grandes investimentos na modernização das redações e dos parques gráficos entre os anos de 1970 e 1980 é um fator explicativo, segundo Azevedo (2006), para essa adesão ao ideal neoliberal. O autor ainda afirma que essas mudanças foram acompanhadas por agressivas políticas comerciais e de marketing que “[...] transformaram os antigos leitores em consumidores. Essas transformações foram realizadas sob a pressão de uma acirrada competição comercial entre os principais jornais de circulação nacional” (AZEVEDO, 2006, p. 40). Dessa forma, as disputas comerciais que geraram uma profunda necessidade do aprimoramento das tecnologias para produção jornalística e a relação próxima com setores do empresariado que desde o fim dos anos setenta aderiram às campanhas de desestatização fizeram com que os grupos empresariais de jornalismo se mobilizassem por uma maior abertura ao capital estrangeiro, pela redução das restrições às importações e pela superação da crise econômica representada pelos jornais à época como consequência da interferência do Estado na economia.

Em dissertação de mestrado, também afirmamos que “os grandes jornais tiveram um papel importante para difundir tanto a agenda liberal no Brasil, quanto, também, para a conformação de um ambiente propício a uma personalidade política messiânica” (PIMENTEL, 2019, p. 78).

[...] as temáticas privilegiadas pela *mídia* foram habilmente incorporadas pelo discurso do candidato vitorioso e redirecionadas para o público. Assim, a condenação ao papel do Estado, não só como agente controlador da economia, mas também como gerador da própria crise, os motes da caça aos marajás, da austeridade, do enxugamento da máquina estatal, da modernização da economia e do suposto anacronismo das supostas propostas estatizantes da esquerda, foram repetidos a exaustão, com o respaldo de todo o noticiário, transformando-se, por fim, em verdades históricas necessárias e incontestáveis (CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994).

É nesse contexto que Fernando Collor (PRN) encampou um discurso que encarnava o desejo de mudança e de modernidade ao mesmo tempo em que se transformou no único candidato capaz de materializar a utopia neoliberal, atraindo segmentos empresariais que temiam a eleição de candidatos como Leonel Brizola (PDT) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Weyland (1993, p. 8 tradução própria) afirma que “Collor explorou essa oportunidade de liderança carismática [e] [...] prometeu um "Novo Brasil" de moderação econômica, maior justiça social e governo limpo e eficiente⁵”.

Essa compreensão explica a razão pela qual a maior parte da grande imprensa brasileira apoiou Collor – inclusive *O Globo* – principalmente no segundo turno contra Lula. Em editorial publicado no dia 21 de novembro de 1989, o jornal do maior conglomerado de mídia do país endossou Collor sustentando que ele seria o único candidato que realmente poderia combater o estado de coisas em que “[...] alguns se encastelam no Estado [...] e que vivem à sombra do Estado” (O DIVISOR DE ÁGUAS, *O Globo*, 21/11/1992). É possível afirmar então que Collor conseguiu, com sucesso, se posicionar como o modernizador do Estado brasileiro encarnando a utopia liberalizante agendada e sustentada pelas grandes empresas jornalísticas do país (AZEVEDO, 2006; LAMOUNIER, 1990).

Por uma pequena margem de votos, Collor venceu o segundo turno contra Lula (PT) e foi empossado presidente da República em março de 1990. Logo no início de seu mandato, Collor criou o Programa Nacional de Desestatização (PND). Sessenta e oito estatais seriam privatizadas, além de serem adotadas várias medidas de abertura às importações e à quebra de reserva de mercado.

⁵ Texto original: “Collor exploited this opportunity for charismatic leadership. [...] promised a "New Brazil" of economic moder- nity, greater social justice, and clean, efficient government.”

Em uma primeira fase do governo Collor, planos de choque economicamente heterodoxos foram elaborados intencionando o controle da inflação (PÉREZ-LIÑAN, 2007; SALLUM JR, 2015). O Plano Collor I – lembrado pela polêmica do confisco de cadernetas de poupança – talvez seja o mais lembrado das medidas econômicas implementadas pela ministra Zélia Cardoso de Mello. Nesse primeiro período, Fernando Collor – lançando mão de vários decretos e medidas provisórias – governou sem uma coalizão partidária que lhe garantisse uma base no Congresso Nacional (SALLUM JR, 2015).

Os primeiros meses de governo pareciam corroborar um presidencialismo plebiscitário, uma vez que não houve, num primeiro momento, muitos empecilhos do Judiciário e do Parlamento em relação às propostas do Executivo (PIMENTEL, 2019). Porém, a queda da aprovação de Collor que partiu de 71% e passou a 36% depois de três meses (SALLUM JR; CASARÕES, 2011) associada à divulgação de escândalos de corrupção que envolveu ministros do governo e o início de uma nova legislatura fizeram com que o presidente tivesse que realizar uma reforma ministerial em fevereiro de 1992, abrindo mais espaço aos partidos em seu governo (SALLUM JR, 2015). Nessa segunda fase, Collor teve que conduzir a economia de forma mais ortodoxa através do ministro Marcílio Marques Moreira para assegurar o apoio do mercado.

Porém, a crise econômica aliada à crise política que se aprofundou por conta das denúncias de corrupção feitas pelo irmão do presidente, Pedro Collor – publicadas na revista *Veja* (FAUSTO NETO, 1994; WAISBORD, 1997) –, fizeram com que as tratativas de construção de uma base de apoio na Câmara malograssem, fazendo com que as reformas econômicas fossem travadas no Congresso. É a partir dessa conjuntura que se forma uma frente anti-Collor mobilizada no Parlamento por partidos como PT, PSDB e PMDB (SALLUM JR, 2015).

A partir de julho de 1992, a CPMI que averiguava as denúncias contra Paulo César Farias – tesoureiro da campanha de Collor à Presidência – passou a investigar diretamente uma possível relação do presidente com esquema de corrupção (PÉREZ-LIÑAN, 2007; SALLUM JR, 2015). Em entrevista para a revista *IstoÉ* – confirmada em depoimento à CPMI – o motorista Eriberto França

afirmou que o tesoureiro de Collor pagava as despesas da família presidencial, como a compra de um Fiat Elba e uma reforma na Casa da Dinda, residência do então presidente⁶.

É após essas revelações que grandes protestos tomaram as ruas, tendo seu auge em agosto de 1992. Entre os manifestantes, ganharam destaque os “*caras pintadas*” – estudantes que pediam o impeachment do presidente com seus rostos pintados. Analisando as grandes mobilizações em prol do impeachment de Collor, Avritzer (2000, p. 191) afirma que a aliança entre a opinião pública e os movimentos sociais superou as “[...] forças patrimonialistas que o presidente mobilizou a seu favor”. O autor sustenta que os protestos contra o então presidente foram a “primeira tentativa das forças políticas e movimentos sociais surgidos no final dos anos 1970 para influenciar a distribuição do poder no nível da sociedade política” (AVRITZER, 2000, p. 191).

Ao final da CPMI, um pedido de impeachment foi elaborado pelos presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcelo Lavenère. Essa denúncia foi prontamente aceita pelo então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), no dia 1º de setembro de 1992, que deu seguimento à tramitação do processo no Parlamento. Ao longo de todo o mês de setembro, os jornais cobriram as controvérsias em torno do rito de impeachment – haja vista que o STF julgou a compatibilidade da lei de crimes de responsabilidade de 1950 com a Constituição de 1988 (CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994) – e a disputa parlamentar pelos votos favoráveis ou contrários à deposição de Collor.

No dia 29 de setembro de 1992, Fernando Collor foi afastado pela Câmara com 441 votos favoráveis à admissibilidade do impeachment, sendo apenas 38 votos contrários. O vice-presidente Itamar Franco assumiu então interinamente a Presidência. Itamar reorganizou seu ministério e articulou uma coalizão partidária promovendo uma gestão compartilhada de seu governo. Após dois meses, Collor foi condenado à perda do mandato no dia 30 de dezembro de 1992⁷, em sessão do Senado presidida por Sydney Sanches, presidente do STF à época. Horas antes da votação dos senadores, Collor enviou uma breve carta de renúncia para evitar, sem sucesso, o seu julgamento político: “Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que nesta data e por este instrumento,

⁶ Disponível em: <https://istoe.com.br/161904_DEPOIMENTO+DE+MOTORISTA+LEVA+AO+IMPEACHMENT+DO+PRESIDENTE/> acesso em 10 nov. 2020.

⁷ Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/427000-ABERTURA-DO-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-COLLOR-COMPLETA-20-ANOS.html>> acesso em 24 nov. 2018.

renuncio à presidência da República, para o qual fui eleito nos pleitos de 15 de novembro e 17 de dezembro de 1989⁸”.

O sociólogo Brasília Sallum Jr. (2015) considera que a mobilização pelo impeachment de Collor não diz respeito simplesmente a uma deposição pelo Parlamento de um presidente que foi acusado de corrupção. Para o autor, esse movimento pode ser explicado pela mobilização de frentes, tanto sociais quanto partidárias – chamadas de “esforço democratizante” que teve como pontos altos o movimento pelas Diretas Já (1983-1984) e a promulgação da Constituição cidadã (1988) – para que houvesse o estabelecimento definitivo de um Estado democrático.

Sallum Jr. sustenta que esse “esforço democratizante”, desempenhado por movimentos sociais que surgiram no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, apesar de suas contradições e tensões internas – representados por instituições da sociedade civil como a OAB e ABI, setores da imprensa brasileira, e partidos políticos de centro e de esquerda – ainda estava articulado durante o contexto da crise do Governo Collor e por isso foram atores centrais da sua queda (AVRITZER, 2000; SALLUM JR.; CASARÕES, 2011; SALLUM JR., 2015). Nesse sentido, o impeachment de 1992 pode ser analisado a partir dos movimentos de redemocratização do país e das perspectivas frustradas dessa transição para a democracia. Frustrações essas advindas da forma autoritária de governar do Governo Collor marcada pelos grandes escândalos de corrupção.

Desfazendo um presidente: o jornalismo como ator político

Fernando Azevedo (2006) sustenta que a crise que gerou o impeachment de Collor foi um divisor de águas para as coberturas da política pelo jornalismo brasileiro. Nesse contexto, segundo Sallum Jr. (2015), os principais jornais do país foram afastando-se da órbita do governo e se aproximando de uma postura de oposição, atuando de forma decisiva na reversão das correlações de força, dialogando tanto com os agentes políticos, quanto com os movimentos sociais.

Nesse processo de deslocamento de posicionamentos, os jornais desempenharam um papel fundamental na inversão das representações que ajudaram a eleger Fernando Collor. Aquele que teria encarnado o símbolo da modernização e do combate à corrupção passou a ser representado como um “agente do particularismo e dos privilégios” um “anti-herói marajá e corrupto que deveria ser

⁸Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL242571-5601,00-IMPEACHMENT+DE+COLLOR+COMPLETA+ANOS.html>> acesso em 09 nov. 2019.

cassado” (SALLUM JR, 2015, pp. 232-233). Da mesma forma, Azevedo (2006) afirma que a imprensa assumiu o papel de protagonista do impeachment ao agendar constantemente a crise do Governo, denunciando os escândalos para mobilizar a opinião pública.

O autor Anibal Pérez-Liñan (2007) – cientista político que é uma referência para a análise das condições históricas que contribuíram para os processos de impeachment na América Latina durante os anos noventa, como o de Fernando Collor – afirma que dentre essas condições estava o “[...] papel dos meios de comunicação de massa como um *watchdog* [cão de guarda] da moralidade pública” (PÉREZ-LIÑAN, 2007, p. 186, tradução própria). Ao delinear, na vidade do milênio, um panorama do desenvolvimento do jornalismo na América do Sul durante o século XX, Silvio Waisbord (2000) sustentou que foi a partir dos escândalos midiáticos de corrupção envolvendo o governo Collor que o jornalismo brasileiro teria realizado o papel de *watchdog* pela primeira vez na história da imprensa no Brasil. A constante cobertura dos escândalos revelados pelos jornais impactaram a opinião pública e colaboraram para o ambiente político que propiciou a abertura do processo de impeachment contra Collor (PÉREZ-LIÑAN, 2007; WAISBORD, 1997, 2000).

Vários editoriais dos grandes jornais brasileiros abordaram o impeachment, reforçando a percepção da atuação política da imprensa através de suas páginas de opinião institucional (PIMENTEL, 2019). Como exemplo, A *Folha de São Paulo* (FSP) – que desde a invasão da Polícia Federal a sua sede em 1990¹⁰ não desfrutava de uma boa relação com Fernando Collor – publicou um editorial com críticas ferozes ao então presidente às vésperas da votação da admissibilidade do processo na Câmara.

[...] a sociedade já proferiu o seu veredicto à altura do crime cometido contra à nação: Fernando Collor deve deixar a Presidência da República, por não ter observado o decoro e a dignidade inerentes à instituição. Espera-se agora dos 503 parlamentares daquela Casa que cumpram com sua obrigação moral e política: autorizar o processo de impeachment de um presidente que envergonha o Brasil. [...] de fracasso em fracasso, o desvario de Fernando Collor acabaria por conduzi-lo ao ponto em que se encontra, o único a que poderia chegar, ante a perspectiva humilhante de ver-se escorraçado do poder que conspurcou e não tem mais condições políticas de exercer. Cabe ao Congresso reconhecer esse fato; ou então mergulhará – com Collor e todas as instituições brasileiras – num abismo de ingovernabilidade, infâmia e execração (IMPEACHMENT, *Folha de S. Paulo*, 29/09/1992, p. 1).

⁹ Texto original: “[...] the role of the mass media as a watchdog of public morality”.

¹⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-04.shtml> acesso em 10 nov. 2020.

FIGURA 1: PRIMEIRA PÁGINA DA FSP ABORDANDO A DERROTA DE COLLOR NA CÂMARA FEDERAL.



No dia seguinte à votação na Câmara Federal, a *FSP* celebrou o resultado negativo para Collor como uma vitória da democracia (ver FIGURA 1). Já o jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) – apesar de apelar por uma renúncia de Collor –, em editorial publicado no dia 29 de setembro de 1992, demonstrou preocupação com uma possível “desordem social” caso o Parlamento não prosseguisse com o processo de impeachment.

O que nos inquieta [...] é que homens tidos como responsáveis não hesitem em prever um estado de desordem social na hipótese de a Câmara dos Deputados, seguindo os trâmites da Constituição e o rito estabelecido por seu presidente e consagrado pelo Supremo Tribunal Federal, não conceder, porque a diferença de votos for, a autorização que a imensa maioria da população aguarda. [...] Fomos e continuamos sendo a favor da renúncia do presidente da República. Acima de tudo, porém, quando vozes à esquerda e à direita ameaçam com o pior, é indispensável lembrar a todos que, ou se respeita a Constituição ou se abre o caminho para o arbítrio, cujas consequências todos conhecemos (RESPEITAR A CONSTITUIÇÃO, *O Estado de S. Paulo*, 29/09/1992, p. 3).

FIGURA 2: PRIMEIRA PÁGINA DO OESP ABORDANDO A DERROTA DE COLLOR NA CÂMARA FEDERAL.



FONTE: *O Estado de S. Paulo*, 30/09/1992, p. 1.

Porém, o *Jornal do Brasil* apresentou uma abordagem editorial, a princípio, peculiar. Desde a CPI de PC Farias, o jornal denunciava em seus editoriais que um golpe estaria sendo articulado contra Fernando Collor, mas com a proximidade da votação do impeachment na Câmara, o periódico passou a apoiar saída do presidente (CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994). Em editorial publicado em junho de 1992, intitulado “Desejo Oculto”, o jornal fazia um alerta à “consciência democrática”, afirmando que o golpismo estava em marcha contra Collor por ter sido o arauto da “modernização econômica” do país. Em outras palavras, para o jornal, haveria um golpe motivado pela oposição à política econômica neoliberal em vigência.

A lógica do golpismo não tem subterfúgios. Quem é capaz de admitir, sem base nos fatos, o afastamento do presidente da República não se sente constrangido em considerar o duplo efeito de extinguir a linha legal da sucessão. [...] A decisão de criar a CPI não se prestará a servir às intenções ocultas dos que não têm a coragem de se opor às reformas das quais o governo Collor se fez arauto. [...] A CPI está no começo, mas já disse a que veio. Prejulguou e quer apenas ficar de prontidão para o bote golpista que o vice Itamar Franco acaba de denunciar. A questão já é conosco, a sociedade, a opinião pública, a consciência democrática (DESEJO OCULTO,

JORNAL DO BRASIL, 07/06/1992 *apud* CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994).

Pouco mais de três meses depois, o *Jornal do Brasil*, dando um “cavalo de pau” editorial, publicou uma peça opinativa elencando as razões pelas quais os parlamentares deveriam votar pelo prosseguimento do impeachment contra Collor, dentre elas, a fidelidade ao sentimento do povo brasileiro.

[...] Em nome dos mais altos interesses da nação, o *Jornal do Brasil* espera que os congressistas sejam fiéis ao sentimento geral do povo brasileiro e votem pela admissibilidade do processo de impeachment do presidente da República. Politicamente, Fernando Collor de Mello, na verdade, não chegou a representar o início de uma nova fase na vida do país. Ele encerra o ciclo de degradação dos valores democráticos, germinados na escola de arbítrio, na certeza da impunidade e na atmosfera de censura que marcam o período ditatorial (RAZÕES PARA O SIM, *JORNAL DO BRASIL*, 29/09/1992 *apud* CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994).

Na próxima seção, analisaremos a abordagem editorial de *O Globo* entre os meses de setembro e dezembro de 1992, recorte temporal que corresponde ao processo parlamentar contra Collor.

Opinião e ideologia: a cobertura editorial de *O Globo*

Analisando os vinte e cinco editoriais do jornal publicados para abordar o impeachment de Collor, é possível perceber que em mais da metade dos mesmos são atacadas as estratégias de Collor para vencer o processo através de práticas consideradas fisiológicas. O que parece corroborar com a noção de que *O Globo* não queria se afastar do “esforço democratizante” que promovia o combate à corrupção, também fomentado pelos grandes jornais brasileiros (CARNEIRO; LATTMAN-WELTMAN; RAMOS, 1994; SALLUM JR, 2015; WAISBORD, 1997, 2000).

Grande parte desses editoriais foi publicada no mês de setembro, quando o processo estava ocorrendo na Câmara dos Deputados. No editorial do dia 05 de setembro, o jornal abriu as críticas às estratégias fisiológicas do governo Collor para barrar a possibilidade do impeachment afirmando que a liberação de verbas em troca de votos revelava a contradição do então presidente em praticar aquilo que se assemelhava a acusação contra ele para tentar provar sua inocência.

O presidente Collor tem a prerrogativa de oferecer prestígio em troca de votos que o salvem do impeachment. [...] Mas as prerrogativas de quem batalha pelo mandato desaparecem, se 'prestígio' é eufemismo para a liberação descriteriosa de verbas; [Isso] exhibe a terrível contradição de alguém que defende sua suposta inocência praticando atos do mesmo tipos daqueles que compõem a acusação (DIGNIDADE NO DESESPERO, *O Globo*, 05/09/1992, p. 1).

Nos editoriais que se seguiram no mesmo mês, *O Globo* cuidou em expor o que julgava configurar compra de votos de parlamentares contra o impeachment, como nos casos do deputado Tony Gel – na liberação de emenda para a construção de uma barragem em Caruaru – e na disponibilização de verba para compra de automóveis como ambulâncias.

A aquisição do voto do deputado Tony Gel [...], deixa nu, em sua forma mais simples e aterradora, a estratégia usada pelo Palácio do Planalto para derrotar o impeachment. O voto de Gel custou exatamente a promessa de Cr\$ 28,8 bilhões para a construção de uma barragem em Caruaru, no interior de Pernambuco, onde moram seus eleitores (VOTOS PELA TABELA, *O Globo*, 10/09/1992, p. 5).

Nada aquece melhor o coração de um político do que ver seu nome e seu prestígio sobre rodas [...]. Isso explica a linha de montagem criada na Fundação Banco do Brasil para produzir votos contra o impeachment do presidente Collor. Foram, segundo uma listagem, Cr\$ 17,8 bilhões, divididos em ambulâncias, kombis e as estrelas: reluzentes odontomóveis, a Cr\$ 200 milhões cada um. [...] Pena que a eficiência no atendimento não esconda o gritando caráter fisiológico da frota de votomóveis (VOTOMÓVEL, *O Globo*, 24/09/1992, p. 10).

Apesar de o jornal tentar se sintonizar às críticas das práticas políticas realizadas pelos movimentos e instituições democráticas do período, impressiona que em sua cobertura editorial do impeachment, *O Globo* não tenha realizado uma abordagem específica sobre escândalos de corrupção contra Collor para discutir a denúncia e a base técnica do pedido de impeachment. Em outras palavras, por mais que o jornal tenha criticado o fisiologismo de Collor em sua luta pela salvação do mandato, não houve interesse pelos fatos que levaram diretamente ao impeachment de Collor (PIMENTEL, 2019).

Interessante que ao mesmo tempo em que o jornal condenava as práticas fisiológicas, um editorial do dia 26 de setembro fazia ressalvas à culpabilização exclusiva do presidente Collor. O texto opinativo intitulado “Fôlego na alma” sustentava que um “moralismo medíocre” ou uma hipocrisia seria praticada se o combate à corrupção se resumisse a saída do ex-presidente – um “band-aid moralista”, segundo *O Globo* – e não a mudanças institucionais para combater as práticas fisiológicas (FÔLEGO NA ALMA, *O Globo*, 26/09/1992, p. 1). Após o mês de setembro de 1992, é possível perceber que a abordagem editorial sobre as práticas fisiológicas diminuiu subitamente a ponto de não ser mais discutida em dezembro, mês em que houve o julgamento de Collor no Senado.

Outro elemento interessante da cobertura editorial do impeachment de Collor por *O Globo* é que o jornal aparenta não pautar, de forma sistemática, soluções políticas para a crise em questão, algo estranho aos objetivos dos editoriais de promover apelos aos tomadores de decisão (MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015; FIRMSTONE, 2019).

Entre os poucos editoriais, dois pediam que alguma coisa deveria ser feita sem especificar o quê e apenas um pediu a renúncia do então presidente.

Com a decisão da Câmara, a situação muda radicalmente. Não há mais imponderáveis, e sim fatos: o presidente está apeado do poder, por até 180 dias ou definitivamente, a juízo do Senado Federal. [...] Neste momento, Fernando Collor talvez tenha uma última oportunidade de, por um gesto seu, que comece e termine na sua vontade pessoal, fazer algo pelo seu país, e tomar a decisão pela qual será lembrado. Chegou para ele a hora do ato politicamente mais inteligente, da defesa mais realista, da demonstração mais insofismável de patriotismo: a renúncia (RENÚNCIA, AGORA, *O Globo*, 30/09/1992, p. 1).

O apelo enfático – porém bastante polido e quase laudatório – pela renúncia, não encontra eco nos editoriais dos meses seguintes, no sentido de ser realizada uma campanha em prol dessa saída política. Esse pedido de renúncia feito pela opinião editorial do jornal carioca foi publicado logo após a votação da admissibilidade na Câmara e a consequente derrota de Collor. *O Globo* não reiterou esse apelo, sendo a única vez que foi feito ao longo de todo o impeachment.

Durante o período, alguns posicionamentos editoriais até indicaram possíveis consequências do processo de impeachment para o país. Existiu uma dispersão dos tipos de consequências comentadas pelo jornal – evidenciada pela discussão ora de elementos negativos, ora de elementos

positivos derivadas da possível deposição de Collor. Essa característica da abordagem editorial pode sugerir a ausência de uma posição definitiva do jornal sobre os efeitos que o impeachment de Collor poderia provocar na política ou na economia nacional. Porém, entre os elementos que são discutidos por *O Globo*, destacamos a expectativa da possibilidade de que um novo governo pudesse levar à frente o projeto de “modernização econômica” prometida por Collor como nos trechos de editoriais transcritos a seguir.

Em dois anos, um novo governo, se contar com o senso de dever e a visão histórica do Congresso e dos partidos, poderá conduzir o país no caminho da modernização – cumprindo a promessa que levou Collor ao poder (RENÚNCIA, AGORA, *O Globo*, 30/09/1992, p. 1).

A partir desse momento, o Governo Collor passa ao julgamento da História [...]. Enfim, o processo de democratização consolidado no Governo Sarney foi posto à prova, e mostrou-se eficaz. Isso significa capital. Internamente, confiança na classe política e nos dirigentes do país; no exterior, credibilidade e alguma boa vontade por parte de nossos interlocutores habituais. (O CAPITAL DO NOVO GOVERNO, *O Globo*, 31/12/1992, p. 6.)

Para pensarmos em caminhos de interpretação para a compreensão das representações engendradas pelo jornal *O Globo* nesse processo, é preciso lembrar a influência de Roberto Marinho sobre os posicionamentos do jornal durante o período em que ele presidia as Organizações Globo. Em uma entrevista, Marinho descreveu como ele manejava o poder adquirido por seu conglomerado de mídia da seguinte forma: “Sim, eu uso o poder, mas eu sempre faço isso patrioticamente, tentando corrigir as coisas, buscando os melhores caminhos para o país” (MARINHO, Roberto, 1987, tradução de LIMA, 2005). O patriarca da família Marinho, inclusive, assinava editoriais do jornal *O Globo* que abordavam acontecimentos relevantes da política brasileira. Da mesma forma, a proximidade de Marinho com o mundo político – inclusive como apoiador de Collor e sua agenda econômica – é um elemento importante para compreender a atuação de *O Globo* durante o processo de impeachment aqui abordado.

A partir desse quadro, sustentamos que durante o impeachment de Collor, *O Globo* estaria entre uma posição de apoio ao “esforço democratizante” – apontado por Sallum Jr. (2015) – ou na defesa do então presidente que promovia o que ele chamava de “modernização econômica” através das reformas de cunho neoliberal. Nesse sentido, a ausência de uma campanha para propor o

impeachment ou para defender a permanência de Collor na Presidência pode sinalizar uma possível preocupação do jornal em relação ao tom de sua abordagem do processo contra o então presidente. Uma possível incerteza em acabar provocando uma mudança da política econômica caso apoiasse de forma enfática a saída de Collor, ou de acabar se colocando contra o sentimento democratizante, materializado no movimento pela saída do então presidente, caso o jornal apoiasse a sustentação de Fernando Collor no poder (PIMENTEL, 2019).

Por conta dessa possível precaução, observamos que houve uma tentativa dos editoriais publicados pelo jornal *O Globo* de dissociar a crise política que envolvia o então presidente da plataforma econômica do governo Collor. Os títulos das peças opinativas dos dias 1 e 5 de setembro de 1992 – “O que não muda” e “Fora de questão” – já indicavam a mobilização da narrativa de que apesar do futuro político de Collor estar em julgamento, a política econômica defendida pelo jornal deveria ser deixada de fora do escrutínio dos parlamentares no processo de deposição do então presidente. No primeiro trecho de editorial a seguir, *O Globo* cabalmente desvinculava o personagem político em questão do seu próprio programa econômico, afirmando, inclusive que o mesmo não pertencia a Collor e sim ao momento histórico. O jornal sustentava que o chamado “programa de modernização” da economia seria a única opção possível para a sociedade brasileira.

“Sem dúvida alguma, o presidente Collor mostrou sensibilidade política ao identificar os caminhos apontados pela história e ao buscar neles a sua bandeira. Mas não será furto de seus méritos lembrar que as políticas da modernidade não lhe pertencem, nem deveriam morrer no evento de um final abrupto de seu mandato. Algumas estratégias e posturas são partidárias; outras têm tal significado e abrangência que se situam em plano mais elevado. São suprapartidários; pertencem ao momento histórico, à Nação inteira. No caso da modernização, e no liberalismo passado a limpo e atualizado que ela representa, pode-se dizer que seu cenário é o mundo todo. [...] Seria um contra-senso, uma verdadeira fuga à realidade, imaginar neste momento que a filosofia da modernidade tem o seu destino no Brasil amarrado ao destino político de Fernando Collor. Essa associação indébita não pode ser suposta em nenhum de dois casos: nem como argumento a favor de votos contra o impeachment do presidente, nem com pretexto para fazer o país recuar a posturas e credences ideológicas que já eram velhas quando o Muro de Berlim ainda estava de pé. [...] O atual programa de governo, em suas linhas gerais, representa mais que uma opção correta: ela é a única escolha para uma sociedade que não se conforma com a estagnação e a miséria. Portanto, transcende às pessoas e aos partidos” (O QUE NÃO MUDA, *O Globo*, 01/09/1992, p. 6).

Já no trecho transcrito a seguir, o texto editorial realizava uma crítica ferrenha contra movimentos políticos que além de defenderem a saída de Collor da Presidência, também criticavam o modelo econômico neoliberal encampado pelo ex-presidente.

“No bojo da campanha pelo impeachment do presidente Collor, algumas correntes políticas têm-se aproveitado para ressuscitar bandeiras contra a privatização, numa tentativa de trazer insegurança para o mercado e tumultuar o processo. Não deverão ter qualquer êxito: o programa de privatização, assim como diversas outras iniciativas no campo econômico, nada têm com o impeachment, e muito menos com os escândalos que o trouxeram à luz. A opinião pública não confunde a política privatizante com episódios de tráfico de influência e outras formas de corrupção – só o fazem, com falsos argumentos, os eternos e renitentes defensores da estatização”. (FORA DE QUESTÃO, *O Globo*, 05/09/1992, p. 06)

No próprio editorial em que o jornal pedia a renúncia do presidente, não havia uma adesão ou concordância com a denúncia de crime de responsabilidade que Collor teria cometido. A renúncia seria preferível, segundo o jornal, pela falta de condições políticas para ex-mandatário tocar a agenda de reformas econômicas que a empresa jornalística sustentava tão firmemente.

Esse aspecto da cobertura editorial de *O Globo* pode ser percebido, mais uma vez, através do texto do último editorial do jornal no ano de 1992. Na peça opinativa, o periódico afirmava que Itamar Franco e sua coalizão político-partidária teriam angariado um capital político que somente seria bem empregado se fosse preservado “[...] o projeto de modernização que levou a vitória eleitoral a chapa Fernando Collor-Itamar Franco”. O jornal reiterava que a agenda liberalizante seria “[...] a única opção para a economia – principalmente para uma que precisa descontar mais de uma década de atraso” (O CAPITAL DO NOVO GOVERNO, *O Globo*, 31/12/1992, p. 6).

Para concluir a análise sobre os posicionamentos editoriais de *O Globo*, podemos nos perguntar sobre o que aconteceu com a denúncia do jornal de que um golpe contra a democracia poderia estar em curso no país. Apesar de o periódico ter endossado – em editorial publicado em agosto de 1992 – as denúncias de Fernando Collor sobre a existência de uma conspiração, o editorial do dia 21 de novembro, de forma contraditória, refutou a interpretação de um golpe em curso. Interessante que esse editorial específico foi assinado pelo próprio Roberto Marinho.

De um lado, ficou patente que não houve deposição do presidente por um ‘golpe branco’, mas simplesmente o seu afastamento do exercício da chefia do Executivo, nos termos constitucionais, para se poder efetuar com equilíbrio e lisura, sem pressões de qualquer natureza, a cabal apuração das responsabilidades indiciados

nas graves irregularidades que vieram á luz (AO TRABALHO SÉRIO, *O Globo*, 21/11/1992, p. 1).

O jornal aparenta mudar sua concepção sobre um golpe contra Fernando Collor. Chama atenção o fato de que essa mudança editorial tenha sido feita somente em novembro de 1992, mais de um mês depois do afastamento de Collor pela Câmara dos Deputados. A interpretação de que a mobilização pelo impeachment de Collor foi conduzida por uma ampla coalizão e “esforço democratizante” parece deslegitimar a denúncia de Collor de que seu processo de impeachment teria sido antidemocrático, podendo, então, ser um indicativo para a mudança de abordagem desse tema na cobertura editorial de *O Globo*.

É importante lembrar que, em nossa interpretação, *O Globo* estava entre o sentimento da coalizão democratizante e o apoio ao presidente que aplicava o receituário neoliberal defendido pelo jornal. É interessante que no mesmo editorial em que se denunciava um golpe, *O Globo* tenha sugerido a existência de uma luta seletiva contra a corrupção se o relatório da CPMI em agosto responsabilizasse Collor. Para o jornal, se isso fosse confirmado, “[...] o combate à inflação, as tentativas de restauração econômica, os esforços de modernização econômica continuarão afundando nessa areia movediça de irregularidades institucionalizadas” (A NAÇÃO EXIGE RECUPERAÇÃO MORAL E RESPEITO À LEI, *O Globo*, 22/08/1992, p. 3). Ou seja, o jornal parecia basear seus posicionamentos – se tratava de um golpe ou não –, mais a partir de seus interesses ideológicos e econômicos do que uma leitura coerente dos fatos políticos em questão.

Considerações finais: entre a democracia e o neoliberalismo

Tomando como ponto de partida o editorial em que *O Globo* acusava parlamentares da oposição – antes do início do processo de impeachment – de estarem tramando um golpe contra Collor, é perceptível a mudança do posicionamento editorial que chegou, logo depois, a pedir sua renúncia. Como observamos, o número de editoriais que discutiu a deposição parlamentar de Collor foi muito baixo, o que denota a falta de interesse do jornal em realizar uma campanha favorável – ou até mesmo contrária – ao impeachment. Somente em setembro de 1992, o jornal abordou um pouco mais o processo que ocorria no Congresso com o apoio das ruas. Porém, é necessário lembrar que não houve uma discussão sobre as bases da denúncia contra Collor através da opinião editorial do jornal. Além disso, *O Globo* não propôs uma campanha por uma solução política. Apenas um

editorial realizou um apelo pela renúncia de Fernando Collor, pedido esse que não foi reiterado nos editoriais publicados no prosseguimento do processo de impeachment.

É importante reafirmar que nos editoriais da empresa jornalística podem ser identificadas as marcas ideológicas do jornal (ARMAÑANZAS; NOCÍ, 1996). Através dos posicionamentos editoriais podemos compreender as representações construídas, a partir de Roger Chartier (1990), na relação entre opinião e ideologia do jornal. É partir dessa perspectiva que mesmo as declarações aparentemente factuais podem ser desdobradas e remontadas a partir de uma análise discursiva, compreendendo a relação entre opinião e ideologia (VAN DIJK, 1995).

Nesse sentido, identificamos que a principal preocupação editorial de *O Globo* naquele contexto era a garantia da manutenção da política econômica que vinha sendo tocada por Collor. Para o jornal não se afastar do esforço democratizante e do sentimento do combate à corrupção, houve uma modificação sobre seu posicionamento em relação à saída de Collor, porém – para não prejudicar a continuação da plataforma econômica do governo emparedado – realizou essa mudança de abordagem com um pequeno número de editoriais, não se posicionando sobre a validade da denúncia contra o presidente, nem fazendo uma campanha contra ele. Ou seja, ao mobilizar editoriais para denunciar as práticas fisiológicas do governo Collor, *O Globo* tentou manter-se alinhado ao combate à corrupção do período, sem buscar aprofundar uma discussão sobre a denúncia específica que levou o então presidente – que sustentava a política econômica defendida pelo jornal – ao processo de impeachment.

Da mesma forma, conseguimos perceber que nos mais importantes editoriais publicados para abordar o impeachment, a grande preocupação de *O Globo* sempre era a possível mudança da política econômica. No editorial de novembro de 1992, assinado por Roberto Marinho, e no qual se refutava a existência de um golpe, o jornal comemorava uma fala do ministro Fernando Henrique Cardoso que teria assegurado “a solidez das nossas instituições democráticas, evidenciada na solução da crise do impeachment, e, ao mesmo tempo, reiterou a decisão de manter a política econômica nacional nos novos paradigmas emergentes com o fim das ideologias” (AO TRABALHO SÉRIO, *O Globo*, 05/11/1992, p. 1).

Portanto, os editoriais de *O Globo*, nesse contexto, sugerem que tanto a motivação para denunciar um golpe contra Collor, quanto a motivação para o pedido da renúncia do então

presidente, realizado pelo jornal após a votação na Câmara e a posterior refutação de que havia um golpe foi a constante atuação política para que houvesse a manutenção da política econômica neoliberal (PIMENTEL, 2019). Ideário esse que, como discutimos anteriormente, era sustentado por setores das elites brasileiras que buscavam diminuir a intervenção do Estado na economia para assegurar o controle do capital, contudo, mantendo a dura coerção sobre os movimentos organizados dos trabalhadores – articulado desde o sistema repressivo ditatorial – como tem sido a praxe das políticas neoliberais. Portanto, os interesses, as crenças e as tendências ideológicas de *O Globo* são fatores explicativos para a compreensão de sua cobertura editorial do processo de impeachment de 1992.

Referências bibliográficas:

- AGUIAR, Carly Batista. **Imprensa e eleições 1989: Razão e Sedução na opinião das elites**. Tese de doutorado, defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1993.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 01, p. 211-239, 30 abr. 2019.
- ARÊAS, João Braga. **Batalhas de O Globo (1989 – 2002): O neoliberalismo em questão**. Niterói: Tese de doutorado – Universidade Federal Fluminense, 2012.
- ARMAÑANZAS, Emiliana; NOCÍ, Javier Díaz. **Periodismo y argumentación. Géneros de opinión**. Universidad del País Vasco, 1996.
- AVRITZER, Leonardo. O conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil pós-autoritário: uma análise do impeachment de Fernando Collor de Mello. In: ROSENN, K. S.; DOWNES, R. (orgs.). **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- AZEVEDO, Fernando. Democracia e Mídia no Brasil: um balanço dos anos recentes. In: GOULART, J. O. (org) **Mídia e Democracia**. São Paulo: Annablume, 2006.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, p.239, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Él sentido práctico**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- CARNEIRO, Alan Dias; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio Abreu. **A Imprensa faz e desfaz um Presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

- CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- DARNTON, Robert. Writing news and telling stories. **Daedalus** 104(2), 1975.
- ESPINOSA, Pastora Moreno. Géneros para la persuasión en prensa: los editoriales del diario El País. **Ámbitos** 9–10: pp. 225–238, 2002.
- FAUSTO NETO, Antônio. A sentença dos *media*: o discurso antecipatório do *impeachment* de Collor. In: FAUSTO NETO, A.; BRAGA, J. L.; PORTO, D. (org.) **Brasil: comunicação, cultura & política**. Rio de Janeiro: Diadorim, pp. 328–55, 1994.
- FIRMSTONE, Julie. The editorial production process and editorial values as influences on the opinions of the British press towards Europe. **Journalism Practice** 2(2): pp. 212–229, 2008.
- FIRMSTONE, Julie. Editorial Journalism and Newspapers’ Editorial Opinions. In: **Oxford Research Encyclopedia of Communication**, 2019.
- GOMIS, Lorenzo. **El medio media (La función política de la prensa)**. Barcelona: Mítre, 1988, pp. 18-19.
- LAMOUNIER, Bolívar. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. in LAMOUNIER, B. (org) **De Geisel a Collor: O balanço da transição**. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.
- LIMA, Venâncio. Globo e Política: ‘Tudo a ver’, in Brittos, V. C.; BOLANHO, C. (orgs.). **Rede Globo: 40 Anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, pp. 103-129, 2005.
- MACARINI, José Pedro. Governo Geisel: transição político-econômica? Um ensaio de revisão. **Rev. econ. contemp.** [online]. 2011, vol.15, n.1, pp.30-61.
- MONT’ALVERNE, Camila; ATHANÁSIO, Esther; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. The journalist between the profession and the newspaper’s interests: Values and routines in the production of Folha de S. Paulo’s editorials. **Brazilian Journalism Research** 14(2): 384–411, 2018.
- MONT’ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. A opinião da empresa no jornalismo brasileiro: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC)**, v. 12, pp. 121-137, 2015.
- PACHECO, Alexandre. As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, 2005.
- PIMENTEL, P. **‘Não vai mesmo ter golpe’: Um estudo sobre os editoriais de O Globo nos impeachments de Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016)**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2019.
- PEREZ-LIÑAN, Aníbal. **Presidential impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge University Press, 2007.
- SALLUM JR. Brasília. **O Impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise**. São Paulo: Editora 34, 2015.
- SALLUM JR, Brasília; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. O Impeachment do Presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, 82: pp. 163-200, 2011.

VAN DIJK, Teun A. Opinions and ideologies in editorials. In: **Paper for the 4th international symposium of critical discourse analysis, language, social life and critical thought**. Atenas, pp. 14–16, dezembro, 1995.

WAISBORD, Silvio. The Narrative of Exposés in South American Journalism. **International Communication Gazette** 59(3). SAGE Publications: pp. 189–203, 1997.

WAISBORD, Silvio. **Watchdog Journalism in South America**. Columbia: Columbia University Press, 2000.

WEYLAND, Kurt. The Rise and Fall of President Collor and its Impact on Brazilian Democracy. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1993.